

A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO NA PRÉ-ESCOLA

Ana Maria Costa de Souza*

Durante todo tempo da vida o indivíduo está freqüentemente avaliando e sendo avaliado. Avaliações são feitas em relação a pessoas, fatos, situações. No diálogo entre duas ou mais pessoas, umas sempre avaliam as reações, o pensamento expresso, as atitudes das outras; o juízo avaliativo é um fato inerente ao ser humano.

No contexto escolar, o processo de avaliação ocorre de modo mais formal, através do uso de instrumentos específicos ou condutas avaliativas. Em todo o processo da vida escolar, o indivíduo é sempre avaliado pelo professor e outros profissionais, quer em suas características de ordem mais pessoal, como por exemplo, as potencialidades, quer em seu papel de aluno, como seu desenvolvimento nas disciplinas, condutas com colegas e professores e em relação à própria escola com suas normas e exigências.

Apesar do uso freqüente de práticas avaliativas, do uso de instrumentos que o professor tem tentado elaborar para acompanhar o desempenho da criança, há incertezas e questionamentos em

torno da validade destas práticas e da utilização de seu resultados.

Quando estes questionamentos são feitos por professores que trabalham com crianças da pré-escola, o problema torna-se ainda mais sério, por vários motivos.

Por exemplo, a avaliação tem sido instrumento às vezes punitivo, às vezes a "tábua de salvação" do professor que utiliza como indicador do seu sucesso ou fracasso na transmissão de conteúdos. Uma das dificuldades do professor em avaliar crianças na fase pré-escolar deve-se ao fato de que estas não verbalizam facilmente o próprio comportamento. Isto, muitas vezes, induz o professor a procedimentos avaliativos baseados em testes de lápis e papel.

Outro possível problema da avaliação nessa faixa de idade é que ela pode ser utilizada como fator de discriminação, de pelo menos duas maneiras. Ela pode vir a discriminar as crianças das classes populares, classificando-as como "marginalizadas culturalmente" por estas não apresentarem, em seus desempenhos escolares,

* Professora do Departamento de Pedagogia/UFU. Mestre em Educação Brasileira pela UnB.

padrões de comportamentos previamente estabelecidos e cujos parâmetros foram desenvolvidos a partir dos comportamentos expressos por crianças de classe média e alta. A avaliação também discrimina quando, a partir dela, o professor rotula seus alunos, separando-os, em geral, em dois grandes grupos: os "bons" e os demais. Rotulação esta feita sem maiores cuidados de sistematização, independente até da consideração do nível sócio econômico dos alunos.

Com relação aos procedimentos de "rotulação" por parte do professor, a prática tem demonstrado que determinar "rótulos" para as crianças é inadequado, pois o professor adota critérios baseados principalmente em sua experiência, enfatizando mais o que considera como desempenho do "bom aluno". A rotulação, portanto, o impede de conhecer a criança, pois assume como definitivo o que já determinou previamente a seu respeito.

Um terceiro problema relativo à avaliação é que o professor, muitas vezes, desconhece as fases do desenvolvimento da criança e os aspectos da avaliação como parte do processo educativo.

Para muitos professores, a avaliação é considerada como a etapa final do seu trabalho, constituindo-se num juízo pronto e acabado. No entanto, a avaliação está muito distante de ser um fim em si mesma, devendo, ao contrário, fornecer ao professor contí-

nuas realimentações para seu planejamento.

Pelos possíveis problemas, tais como os que foram destacados até o momento, percebe-se que o sistema de avaliação com pré-escolares precisa ser questionado e analisado, no aspecto operacional (por exemplo, elaboração e utilização de instrumentos), e por se tratar de um sistema que faz parte do contexto educacional como um todo.

A avaliação pressupõe cuidadoso planejamento no qual se especificam critérios baseados nos conhecimentos do professor, em suas crenças e atitudes, nos instrumentos e procedimentos utilizados, levando em consideração as condições de execução (do professor e do aluno) e os objetivos que pretendem alcançar.

Quando avaliam, os professores, às vezes, não são conscientes das repercussões que a avaliação provoca no indivíduo e na sociedade em que vive; o professor determina com a avaliação o "status" do indivíduo e este resultado, por sua vez, é conhecido pelos companheiros, pela família e pelos demais professores, caracterizando o indivíduo como "bom aluno" ou não.

De uma maneira geral, o aluno dificilmente reflete sobre o que aprendeu; o importante é sobresair, e ganhar um 10 significa que sabe, e, enquanto ganhar um 5 quer dizer que não sabe; mas "para que" aprendeu e "como"

o conseguiu, isto não é importante.

Na pré-escola, pode-se traduzir a nota, que geralmente não existe, por conceitos ou às vezes "rótulos" que são atribuídos à criança pelo que consegue ou não assimilar; seu "currículo oculto" é desconsiderado e muitas vezes não se percebe que, no momento, pode ser mais importante do que os conteúdos que a escola pretende transmitir.

Em relação aos objetivos que professor pretende alcançar e à associação que faz entre a avaliação e a verificação desse alcance de objetivos, pelo menos dois grandes problemas se percebem: 1) objetivos como, por exemplo: o desenvolvimento da curiosidade, auto-disciplina, independência no julgamento, positivo ajustamento social são difíceis de se definir e constituem uma arbitrária declaração de valor com relação ao convencional modelo cultural; além do mais, seriam metas alcançáveis somente num prazo, muito longo, o que dificulta a avaliação, pelo professor durante o período em que a criança fica com ele; 2) alguns objetivos podem constituir espantosos paradoxos para o educador. Por exemplo: o que constitui "independência no julgamento" para um professor pode ser "não conformismo" para outro; outro exemplo: pode haver uma consistência na prática educativa ao desenvolver-se "auto-disciplina" e "espontaneidade" ao mesmo tempo?

Ou "independência" e "convívio com os colegas"?

Os objetivos a curto prazo são usualmente formulados em termos de o que a criança necessita ou não desenvolver na pré-escola. Em contraste, objetivos a longo prazo parecem ser úteis apenas como ideais aos quais alguém pode aspirar.

Além do mais, objetivos alcançáveis a longo prazo como os relativos às áreas do desenvolvimento, ao senso crítico, à criatividade, etc., são difíceis de serem definidos e avaliados. Como definir um objetivo que o indivíduo leva anos de sua vida para tentar conseguir, e muitas vezes, não o faz, e como avaliá-lo no espaço de tempo em que a criança fica com o professor?

Em decorrência dessa dificuldade, o professor estabelece teoricamente os objetivos a longo prazo, que dominam o cenário da pré-escola, e se fixa em estabelecer e alcançar aqueles a curto prazo, muitas vezes confundidos com objetivos tipicamente instrucionais.

Dá a tendência a avaliar mais a área cognitiva, apesar da consciência do próprio professor de que as decisões de objetivos a curto prazo não podem ser tomadas na ausência de decisões prioritárias a longo prazo.

Além do mais, o professor deve observar que a formulação adequada de objetivos facilita uma

observação detalhada, mas não assegura, necessariamente, seu valor educacional, nem garante que o aluno possa atingi-lo.

A valorização maior da área de conhecimentos decorre de dois motivos: o primeiro, a dificuldade de saber como valorizar o progresso da criança em relação a atitudes e valores. Depois, o nível de cobrança do próprio sistema que requer, no 1º grau, a aquisição de conhecimentos.

A tendência a utilizar a mensuração e confundí-la com a avaliação é muito grande, em consequência desta facilidade de elaborar objetivos para "medir" comportamentos observáveis.

A percepção do professor sobre avaliação tende a uma versão tecnicista, com preocupação sobre o problema de conseguir instrumentos de medida, não levando em consideração a necessidade de uma reflexão teórica sobre o processo de aprendizagem das crianças.

Deve-se preocupar, na avaliação, em considerar o aluno como uma totalidade e deve partir da aceitação e reconhecimento das dificuldades o estudo de fenômenos complexos, como são o indivíduo e a aprendizagem.

O indivíduo não é constituído de partes isoladas, portanto, não pode ter um comportamento pu-

ramente cognitivo, ou afetivo ou motor; além do mais, está sempre em situação de relações com outros seres ou com objetos, sofrendo, durante seu processo de aprendizagem, a influência de normas, sanções, tradições sociais, etc.

Planejar uma avaliação, então, é reconhecer que esta não é apenas uma proposta técnica, mas sim uma atividade com implicações sociais que reconhece as determinações sociais que a afetam.

O reconhecimento das determinações sociais significa o professor não poder identificar a criança do meio sócio-econômico baixo como "carente", como necessitada da escola para tentar alcançar o nível das crianças privilegiadas.

Neste contexto, há uma adequação na colocação de BOURDIEU-PASSERON, citada por SNYDERS (1977)¹, que ressalta a hipocrisia da ideologia igualitária, quando finge ignorar o que se passa fora da escola e do sistema escolar, perpetuando e sancionando as desigualdades iniciais, fingindo considerar cada criança como identicamente preparada.

É parte da competência do professor conhecer as fases do desenvolvimento da criança com a qual trabalha para que possa fazer da avaliação uma das etapas do processo educativo e não uma determinação de que avaliação constitui um fim em si mesmo.

1. Georges Snyders. *Escola, classe e luta de classe*. Moraes, Lisboa, 1981.

No momento em que o professor da pré-escola consegue um resultado, geralmente uma "medida" através de pequenos testes ou exercícios, e baseado em critérios estabelecidos por ele próprio, acredita que a avaliação acabou. Comunica o resultado, às vezes aos pais ou ao responsável pela escola, e se esquece de que esse resultado constitui um meio para alicerçar sobre bases sólidas sua próxima etapa.

De que adianta o professor "rotular" a criança baseado em respostas fornecidas pela avaliação, discriminando-a e não aproveitar o momento para uma avaliação de seu trabalho, uma análise do porquê de determinados fracassos ou sucessos?

No convívio com professores, é comum encontrar-se correção de folhas de exercícios do tipo "marcar com um x os objetos à esquerda do menino," acompanhada de observações escritas "preste mais atenção" ou "você precisa melhorar". Se as crianças não sabem ler, não tem sentido corrigir os trabalhos deste jeito. Isto não passa do cumprimento do dever de superior, expressando a marca da autoridade. Estas observações poderiam ser substituídas por um estímulo verbal, aproveitando-se a oportunidade para conseguir da criança participação ativa nos comentários a serem feitos sobre seu desenvolvimento nos trabalhos.

A valorização das atitudes das crianças, sua dedicação e responsabilidade deveriam fazer parte da preocupação do professor, e não apenas a quantidade de exercícios que acerta, ou faz bem feitos. Outro aspecto a ser observado é o cuidado para não fazer de seus instrumentos de avaliação um meio de atemorizar ou desestimular a criança, mas ao contrário, fazer deles um estímulo à auto-crítica e à superação das dificuldades.

Na medida em que o professor encara a aprendizagem como o resultado dos efeitos interativos de numerosos fatores intra e extra-escolares, cada participante do processo educacional deve ser responsabilizado por esses resultados.

Junto à participação do professor no processo avaliativo deve-se considerar a participação ativa da criança, de outros professores, de especialistas da escola e também dos pais.

A participação do aluno deve implicar em que ele tome conhecimento de que mudanças se espera que ele alcance, como será avaliado e quais aspectos deverá trabalhar mais.

As relações entre pais e professores também são imprescindíveis para que ambas as partes comuniquem as informações sobre a criança, já que sua personalidade se estrutura mediante a participação nos distintos grupos a que pertence.

A participação de outros especialistas e professores da escola tem a vantagem de assegurar a qualidade da avaliação, pois estes auxiliam a verificar falhas e a tentar corrigi-las.

Os aspectos enfocados neste trabalho são apenas uma amostra das dificuldades de se lidar com a avaliação.

Por se tratar de assunto complexo e pouco explorado em relação à pré-escola, tornam-se necessários estudos que o analisem sob o ponto de vista não só do professor, mas também dos pais e das

próprias crianças. Por exemplo: como a avaliação é percebida pelos pais? Será que estes se limitam a freqüentar reuniões de escola e assinar os trabalhos das crianças? E qual será a percepção das crianças, que possuem um juízo de valor todo próprio, diante da avaliação?

A nossa posição é de que devem ser envolvidos professores, pais, pessoal técnico da escola nas discussões do processo educativo, para, conseqüentemente, encontrar estratégias de avaliação que estejam adequadas ao ambiente em que está localizada a escola.